



ISSN 1981 - 3031

## **SOCIALIZAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: CONTEXTO, PROCESSOS E CONTRÓVERSIAS**

Camila Santiago Martins Bernardini (UFC)  
milabernardini@yahoo.com.br

### **RESUMO**

A pesquisa tem como objeto a educação ambiental infantil na rede pública de ensino em Fortaleza/CE, visando analisar a orientação sócio-ambiental refletida no comportamento dos alunos (entre 8 e 12 anos) da EMEIF. Almerinda de Albuquerque, localizada no Bairro São João do Tauape. A metodologia adotada uniu observação do comportamento dos alunos, entrevistas com membros do corpo docente e pesquisa bibliográfica. Utilizou-se um arcabouço teórico pertinente aos conceitos de Cultura, Ideologia e Socialização, com Clifford Geertz, Marcondes Filho e Peter Berger. Entre os achados, concluiu-se ter os alunos uma significativa deficiência no que tange a uma cultura ambiental, oriunda já do seio familiar e que vem a se refletir no meio escolar. Além disso, os próprios professores não possuem uma sólida ideologia voltada para a questão ambiental, tornando, conseqüentemente, o processo de socialização ambiental infantil frágil e comprometido dentro do âmbito escolar.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Consciência Ambiental. Socialização.

Mudanças climáticas, derretimento de geleiras, furacões de alta escala, precipitação ou estiagem intensa, etc. Esses são apenas alguns dos fenômenos ocorridos nas últimas décadas com frequência, acarretando prejuízos, por vezes irreparáveis, tanto para o meio ambiente como para as populações atingidas. Já é comprovado histórica e cientificamente que muitos desses acontecimentos são de ordem natural. Todavia, outros estudos científicos atuais vêm apontando que tais fenômenos podem não estar sofrendo influências estritamente naturais, mas principalmente da ação humana, através de fatores econômicos, políticos e culturais que provavelmente potencializam suas dimensões e intensidades, configurando-se, assim, um cenário conhecido por crise ambiental.

Buscando compreender a problemática ambiental e conhecer seus aspectos sociais e os agentes envolvidos no contexto atual, segui um viés que pode ser a chave da consciência em relação aos elementos naturais: a Educação Ambiental.

Como se sabe, a formação de uma cultura e o processo de conscientização de um indivíduo é lento e gradual, sobretudo quando se trata de reformular ou mesmo construir novas ações, valores e hábitos em uma sociedade. Porém, esse processo pode se tornar menos moroso e sacrificante se atingir a futura camada produtiva desses valores na vida social: as crianças.

Desse modo, o recorte da pesquisa se justifica, primeiramente, pelo interesse acerca das práticas ambientalmente conscientes ou não em Fortaleza-CE – já que esta vem sofrendo surpresas conseqüências de alguns fenômenos ambientais, possivelmente agravados pela ação da própria população; e em segundo, por refletir a relação homem X meio ambiente, pensando sobre a qualidade ou até mesmo a existência de práticas educativas nesse sentido, dentro do âmbito formal.

Portanto, o objeto do estudo se refere à educação ambiental infantil na rede pública de ensino da capital, visando analisar a orientação sócio-ambiental refletida no comportamento dos alunos (entre 8 e 12 anos) da EMEIF. Almerinda de Albuquerque, localizada no Bairro São João do Tauape, na atualidade.

A metodologia adotada uniu observação do comportamento dos alunos, entrevistas com membros do corpo docente e pesquisa bibliográfica. Utilizou-se um arcabouço teórico pertinente aos conceitos de Cultura, Ideologia e Socialização, com Roque Laraia, Marcondes Filho e Peter Berger, correlacionando os aspectos socioambientais observados com a orientação ambiental divulgada dentro da estrutura escolar pesquisada.

Muitas conceituações sobre as diretrizes da educação ambiental foram formuladas ao longo do tempo. Para que o estudo se torne mais claramente

compreendido, se faz necessário expor alguns conceitos de Educação Ambiental – difundida como promessa para a emergência da consciência ambiental e possível superação da crise civilizatória. Terá ênfase aqui às fundamentações da Pedagogia, através da educadora Marília Tozoni-Reis; e da Sociologia, pela definição de Pedro Jacobi. Além da definição do Governo Brasileiro à importância do meio ambiente.

Para a Dra. Marília Tozoni-Reis, a educação ambiental deve estar voltada para o desenvolvimento sustentável. A integração entre desenvolvimento e ambiente é o princípio básico e diretor da educação e da educação ambiental. Esta deve ser

[...] considerada um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida e que afirma valores e ações que contribuam para as transformações socioambientais exigindo responsabilidades individual e coletiva, local e planetária. (TOZONI-REIS, 2006).

Com essa preocupação a proposta é reorientar o ensino, seja formal ou informal, modificando atitudes e comportamentos, através da aquisição de novos conhecimentos e valores, de maneira contínua.

A prática da educação ambiental depende das concepções sociais acerca do meio ambiente que se relacionarão com os valores e significados que cada ser humano atribui individualmente aos elementos naturais. Já para o sociólogo Pedro Jacobi, o conceito de educação ambiental

[...] deve ser acima de tudo [...] voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva de ação holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o ser humano. (JACOBI, 2003).

O autor possui uma noção bastante clara de que a educação ambiental é, em sua essência, uma mudança radical dos costumes e manifestações culturais das populações em relação às práticas ambientalmente conscientes e ao controle do uso dos recursos naturais, acrescentando que tal mudança deve ser de modo generalizado. Assim, Jacobi e Tozoni-Reis comungam da mesma perspectiva, concordando que a educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem e transformação social, valorizando novas formas de conhecimento e conduta na formação de cidadãos ambientalmente conscientes.

A escola, depois do lar, é a instituição mais importante para a formação do caráter e da personalidade do indivíduo, pois é nela onde se fortalece o ensino das normas, dos comportamentos, dos costumes, da ética e da moral - aspectos relevantes para uma convivência harmônica em sociedade. E já que cabendo à escola o dever de transmitir os seus traços ou características específicos da sociedade a qual faz parte, buscou-se então compreender como a questão ambiental é lidada tanto pelos alunos como pelos professores de uma escola pública de Fortaleza, conhecendo as peculiaridades da sua sociedade.

A escolha da Escola Municipal Almerinda de Albuquerque para alvo desta análise se deu basicamente por dois motivos relevantes: primeiro por se localizar bem próxima do principal núcleo verde da capital cearense: o Parque Ecológico do Cocó, reconhecido como APA (Área de Proteção Ambiental); e em segundo, pelo fato dessa escola ser bem assistida pela Prefeitura Municipal (se considerarmos a situação em que se encontra a maioria das escolas públicas do município) no que tange à boa estrutura, qualidade de materiais de uso pessoal e coletivo, alimentação, concessão de livros didáticos, etc.

Logo na primeira visita, o assunto “educação ambiental” fora tratado com surpresa, desde o porteiro até o diretor. Neste último, sobretudo, com ares de desconforto. Nos primeiros discursos, proferidos por duas professoras, houve a preocupação de confirmar a utilização de práticas socioambientais na escola. Contudo, no decorrer das visitas e observações do seu cotidiano, não mais foi possível sustentar a afirmativa.

A observação do comportamento dos alunos permitiu identificar atitudes socioambientais não plausíveis. Um fato cotidiano, por exemplo: no horário do intervalo, se uma criança joga a embalagem do lanche no chão do pátio, as outras crianças não chamam a atenção dela – passam ao lado, pulam por cima, pisam, mas não a levam ao lixo; o porteiro da escola é quem o faz. Uma das crianças agentes dessa ação afirmou não tem em sala de aula atitudes assim, porque a “[...] tia vai brigar”. Mas, como no intervalo não há fiscalização dos docentes, joga no chão mesmo, pois, “[...] dá preguiça de ir lá na lixeira”. Ou seja, está presente uma insensibilidade à questão ambiental.

Num sentido idealista, Roque Laraia em *Cultura: um conceito antropológico*, versa sobre o conceito de cultura definido por Clifford Geertz como sendo “não um complexo de comportamentos concretos mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções [...] para governar o comportamento”.

Para Berger e Luckmann, em *A construção social da realidade*, a interiorização é o momento em que um valor exterior e social passa a ter significado para o indivíduo, torna-se dotado de sentido para o ele. Portanto, para os autores, essa é a base da compreensão dos seus próprios valores e da sua realidade social.

O ponto inicial deste processo é a interiorização, a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido,

isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 174.)

No que se refere às crianças, Laraia continua: “Em outras palavras, a criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente” (p. 63). Nesse sentido, as crianças possuem a capacidade de interiorizar quaisquer aspectos culturais, desde que haja a transmissão e a prática contínua dos conhecimentos apreendidos. O mesmo acontece com as crianças da escola em questão - elas refletem o aprendizado do meio cultural em que vivem.

Para esclarecimento, não se afirma aqui que as crianças da Almerinda de Albuquerque não possuem cultura - se for considerado o exemplo citado anteriormente. Ao contrário, se casos do tipo são comuns é porque a cultura enraizada entre seus alunos (e isso se estende em nível de Brasil) ainda não toma o meio ambiente como um valor concreto dentro dos mecanismos socializantes, seja num âmbito individual ou coletivo.

A coordenadora da EMEIF. Almerinda de Albuquerque explica que são dadas orientações de modo indireto acerca da educação ambiental na escola. Contudo, afirma que a introdução desse conhecimento na formação dos alunos é uma tarefa bastante árdua - primeiro, por não haver disciplinas ou atividades voltadas diretamente para tal ensino na escola; e segundo, porque o ambiente familiar do qual a grande maioria desses alunos é proveniente é de baixa instrução. Como diz uma professora

Elas vêm de famílias carentes e não aprendem isso em casa, no bairro... o pouco que elas aprendem é aqui. Mas, chega em casa e esquece, porque não tem ninguém pra controlar elas, pra dizer o que tá certo e o que tá errado! Então é assim, a gente é o espelho daquilo que vive.

Nesses termos, a construção da educação ambiental nessa escola é bastante frágil, “O aprendizado que elas [as crianças] têm é muito superficial, é muito pouco”, diz uma professora. Nesse momento, outra docente admite ser a questão ambiental pouco trabalhada na internalização das crianças e compreende que o papel da escola deve ser mais veemente e eficaz no sentido de formular e/ou recriar os hábitos e socializações acerca da temática ambiental em seus alunos, que já vêm para o ambiente escolar sensibilizados por interferências culturais familiares, geralmente não adequadas. Contudo, percebeu-se também uma lacuna na formação ideológica ambiental dos próprios docentes da escola.

De acordo com *Ciro Marcondes Filho (1985)*, o conceito de ideologia é amplo, transpondo as formas de poder desempenhadas e sofridas pelo indivíduo na sociedade. A ideologia representa fatos e interesses sociais de forma simbólica, aos quais a sociedade preza e tem consideração.

Ideologia, portanto, é um conjunto de idéias, de procedimentos, de valores, de normas, de pensamentos, de concepções religiosas, filosóficas, intelectuais, que possui uma certa lógica, uma certa coerência interna e que orienta o sujeito para determinadas ações, de uma forma partidária e responsável. (MARCONDES FILHO, 1985, p. 28)

A ideologia é, pois, um sistema de valores movido pela ação social. Ou seja, dentro do âmbito escolar, as formas como os valores e costumes estão dispostos para viabilizar o aprendizado educacional pode colaborar ou não para a formação ideológica. Assim, a transmissão minimalista de simbologias e valores ecológicos na escola analisada se dá, sobretudo, pelo fato da constituição de uma ideologia ambiental estar bastante frágil e debilitada entre seus professores.

A coordenadora reconhece e sente essa frágil ideologia no corpo docente. “É preciso de muita sensibilização dos professores... vontade de fazer, sabe? De vir pras reuniões, mobilizar a comunidade e tudo isso é muito difícil porque a escola é que tem que fazer, se quiser, e falta consciência pra isso”. As atitudes tomadas pelas professoras são ainda bastante superficiais, muito embora também estejam em fase de internalização de hábitos ecologicamente saudáveis.

A frágil cultura ambiental por parte dos alunos somada à minimalista ideologia ambiental por parte dos professores reverbera em uma socialização pouco sensível dessa escola para as questões ambientais.

As relações homem X natureza refletem na relação sociedade X natureza – a ação ambiental individual é uma ação ambiental social, num sentido mais amplo. Para Berger e Luckmann (2001), o conceito de socialização é tomado como um processo de interação social ocorrido numa situação de face a face e no convívio com outras pessoas. Esses encontros, segundo os autores, vão gerar padrões do indivíduo frente ao outro. Tal conceito pode então ser compreendido como um processo de transmissão e troca de valores e comportamentos que se efetiva em sociedade, ou seja, no convívio entre indivíduos. Neste sentido, a socialização transita entre cultura e sociedade, influenciando os processos de apropriação dos valores e crenças constituintes da formação sócio-cultural, e sendo mediada pela coerção de instituições sociais, inicialmente o lar e a escola.

Pensando a EMEIF. Almerinda de Albuquerque, a orientação ambiental pedagógica transmitida a seus alunos não se dá de modo sólido e aprofundado, uma vez que não possui livros didáticos, cartilhas ou disciplinas na grade curricular exclusivas para a Educação Ambiental, como admite a coordenadora pedagógica: “Aqui, eu num vou dizer que a gente tem livros, cartilhas, matéria só pra isso... porque não tem”. Além disso, os jogos interativos de tema ecológico que as docentes afirmaram existir não



“apareceram”. Nem mesmo eventos ou passeios extracurriculares previstos anualmente não possuem uma perspectiva ecológica, a exemplo do vizinho Parque do Cocó que nunca recebeu uma visita dos alunos. E nem tampouco a Semana do Meio Ambiente é comemorada da escola, pois, segundo a coordenadora, falta incentivo governamental. A coordenadora tenta reaver afirmando que “[...] aqui é tudo de maneira informal dentro do formal”. Ou seja, essa educação específica - que deveria ser lecionada de modo direcionado e contínuo - é introduzida apenas em situações aleatórias do comportamento discente ou num contexto do conteúdo ensinado. Para melhor explicar, detalha: “Aqui a gente mostra dentro das disciplinas mesmo, né. A gente sempre ensina essas coisas, se aparece uma situação que precisa orientar, a gente orienta, por exemplo: quando o aluno vai fazer a ponta do lápis, a gente não deixa ele fazer na cadeira dele não! Tem que ir apontar na lixeira”. Afirma que se virem uma atitude ecologicamente errada dentro da escola, como rasgar a folha de uma planta ou desperdiçar água na hora de lavar as mãos, por exemplo, repreendem a criança e orientam o correto. Quando o ato errôneo é reversível, como jogar lixo no chão do corredor, as professoras afirmam fazer a criança recolher e colocar na lixeira, como foi presenciada uma situação semelhante em sala de aula. Alguns companheiros de sala avisaram a professora que, imediatamente, mandou recolher do chão e se dirigir à lixeira. Nesse momento, as outras crianças davam risadas e diziam algo parecido com: “Oi, vai apanhar e jogar no lixo!”. Numa perspectiva geral e objetiva dos alunos da escola, percebeu-se que, na maior parte das vezes, os alunos colocam o “lixo no lixo”, transparecendo o início da constituição de um sistema de valores para o meio ambiente. Todavia, há apenas ações bastante sutis e pouco incisivas, se pensarmos na urgência em alcançar uma consciência ambiental.

Ao se referir a inserção dos hábitos ecológicos no conteúdo didático, outra professora toma um livro de Ciências da 4ª série fundamental à mão e aponta um conteúdo específico contido nele

Aqui nessa parte, por exemplo, a gente ensina primeiramente a ele [o aluno] cuidar do próprio corpo, cuidar da higiene pessoal, depois a cuidar do material, da limpeza da escola, da casa... e entra aí também o meio ambiente. Então é assim, de uma forma individual que vai acabar refletindo no coletivo.

Apesar de haver referências ao meio ambiente nos livros didáticos, as noções contempladas primeiramente pela escola, como se lê acima, não são atitudes ambientalmente conscientes como se deseja, mas de civilidade e regras de higiene básica e pessoal. Como a professora afirma, a escola adota atitudes que partem da ação individual para a consciência coletiva; do cuidado com o “eu” para, posteriormente, atingir o cuidado com o todo, com a natureza. “A gente vai ensinando os valores, os comportamentos, as atitudes, a ética para essas crianças e junto com isso vai entrando um pouco de preservação ao meio ambiente, inclusive dentro do Plano de Conduta Anual, que é sempre explicado pros pais, alunos e professores no começo do ano”. Nos discursos, a coordenadora da EMEIF, Almerinda de Albuquerque ainda assim entende que a escola faz o suficiente no sentido de educar ecologicamente.

Ora, é bem verdade que há referências ao meio ambiente tanto no conteúdo didático, como no Plano de Conduta Anual da escola Almerinda de Albuquerque. Talvez, devido à existência da Política Nacional de Educação Ambiental, que determina, na Lei nº 5.197, de janeiro de 1967, que “livros escolares com textos sobre a proteção à fauna sejam aprovados pelo Conselho Federal de Educação”. Assim, os livros didáticos – símbolos da educação – ganharam ilustrações e referências simbólicas

que agregam valor à socialização e à internalização da cultura ambiental nos alunos dessa escola.

É possível perceber o caráter interdisciplinar da Educação Ambiental nos livros didáticos de Matemática da 5ª série, Português da 3ª série e Geografia da 2ª série. Mesmo não sendo disciplinas diretamente voltadas para o ensino da ciência natural, os livros dessas disciplinas dispõem constantemente de referências à natureza, à poluição dos recursos naturais, à fauna e à flora, à preservação ambiental, por meio de exercícios e textos que instigam o aluno a discutir e pensar sobre os aspectos ambientais. Contudo, os livros didáticos propõem atividades ou reflexões que não são transmitidas pelos professores aos alunos de forma veemente, por estarem descrentes de que eles não vão executá-las em casa ou no bairro em que mora. Já o Plano de Conduta Anual é explanado aos pais apenas uma vez - no início do ano letivo - não sendo eficaz para uma orientação ambiental contínua.

Para Berger e Luckmann (2001), a partir do momento que a criança já internalizou a socialização primária (no lar) ela é introduzida num mundo social amplo e cheio de possibilidades, no qual ela interiorizará novos conhecimentos, valores, regras e costumes institucionalizados pelos submundos sociais dos quais ela pertencer. Por esse princípio, a sala de aula não se constitui apenas de um espaço para construção do conhecimento, mas é também um espaço socializador, no qual se permite a troca de experiências e conhecimentos entre aluno e educador. Portanto, a escola é uma instituição responsável pela construção e divulgação do conhecimento, promovendo o processo de ensino-aprendizagem, onde estão presentes dois tipos de aprendizagem: a direta e a indireta. A escola em questão, possuindo poucos mecanismos diretos de ensino formal da educação ambiental (como disciplinas, livros específicos, atividades e campanhas focadas), se apropria das situações do cotidiano escolar, ou seja, do ensino indireto – e muitas vezes superficial, para transmitir aos seus alunos as simbologias

ecológicas (constituintes de um sistema de valores que fundamenta a consciência ambiental). Entretanto, para que o processo de internalização das simbologias ecológicas na socialização das crianças da escola em questão seja realizado de modo eficaz é preciso que os indivíduos transmissores dessas simbologias também possuam uma ideologia ambiental.

A Educação Ambiental, de acordo com as diretrizes acima, baseia-se em valores e ações ecologicamente corretas, onde lança o conhecimento escolar sobre a realidade socioambiental, constituindo uma interação harmônica entre os alunos e o meio ambiente, dentro de um processo de aprendizagem permanente, seja no ensino escolar direto ou indireto, mas que fundamenta uma ideologia voltada para a proteção de qualquer ser vivo, visando uma transformação humana, social e ambiental. Ou seja, a educação ambiental deve introduzir elementos simbólicos da ecologia no aprendizado dos estudantes, de forma que tais elementos sejam dotados de sentido e significado para eles, enraizando-se assim um processo de socialização, derivado de uma ideologia ecológica e que constitui assim uma cultura ambiental.

É importante salientar que no processo socializador, de acordo com Berger, é determinante ao indivíduo se identificar com as ações e costumes que será a ele socializado. De acordo com as observações empíricas e com os referenciais teóricos trabalhados, percebe-se que os alunos da EMEIF. Almerinda de Albuquerque estão iniciando um processo de identificação em escala individual com os valores ambientais - tomando-os como práticas habituais dentro do processo de internalização, porém ainda estão distantes de atingir um caráter coletivo, que caminhe para uma sociabilidade de novos hábitos ecologicamente corretos e que fundamentalize uma cultura ambiental. E quanto à orientação fornecida pelas docentes, percebe-se que o precário incentivo governamental é colocado nos discursos como barreira ao ensino ou exercício de atividades ecológicas, porém o que se identificou foi um verdadeiro entrave nos

interesses e nos próprios valores ambientais das professoras, que fora desmistificado por uma rarefeita ideologia ecológica das mesmas.

Há atualmente uma grande tentativa de incorporar as noções ambientalmente conscientes na configuração cultural do povo brasileiro. Porém, como se sabe, a formação ou – mais ainda – a reformulação dos hábitos e costumes de uma sociedade é um processo de lentos passos, por envolver investimento em todos os aspectos da vida social, desde o educacional até o político.

A educação é um importante instrumento de conscientização coletiva e trata-se de um processo que passa primeiramente pelo lar e pela escola. Por isso, esta última tem uma grande possibilidade de constituir uma cultura ambiental entre seus alunos por meio de um processo socializante de troca de informações e conhecimento entre professor-aluno. E quando se trata da educação ambiental, a importância da escola cresce ainda mais, pelo fato dela ter o papel de reformular ou recriar as ações e condutas intrínsecas da sociedade que faz parte, numa (re)socialização de costumes e valores para instituir o meio ambiente como elemento da cultura e como compreensão das idéias na vida social.

Baseando-se então na reflexão realizada acerca da escola Almerinda de Albuquerque, conclui-se que continuar mantendo os processos de socialização ambiental de forma indireta e superficial não conduzirá a (re)construção de uma cultura ambiental. Contudo, compreender a problemática da educação ambiental na escola pública já significa solucionar parte do problema. Portanto, o que se tentou realizar no presente trabalho foi a desmistificação das formas de orientação ambiental transmitida nessa escola pública de Fortaleza, identificando uma frágil e deficiente cultura ambiental entre seus discentes e uma inconsistente e superficial ideologia voltada para a questão ambiental entre seus docentes, as quais reverberam em um processo de socialização ambiental infantil rarefeito e comprometido dentro do âmbito escolar.



ISSN 1981 - 3031

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA LEGAL. Disponível em: <  
[http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio\\_ambiente/Eco\\_92.htm](http://www.amazonialegal.com.br/textos/meio_ambiente/Eco_92.htm) >. Acesso em:  
19/05/2009.

BERGER, Peter L. e BERGER, Bigitte. O que é uma instituição social? In:  
FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. Sociologia e sociedade:  
leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Trad.  
De Floriano Souza Fernandes. 20. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

BERNARDES, J. A., FERREIRA, Francisco. P. M. Sociedade e Natureza. In:  
BAPTISTA DA CUNHA, Sandra; TEIXEIRA GUERRA, Antonio Jose (Org.). A  
questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2003.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. Dicionário Crítico de Sociologia.  
São Paulo: Ed. Ática, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Diário Oficial da  
República Federativa do Brasil, 1999.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros  
Curriculares Nacionais – 3o e 4o ciclos do ensino fundamental. Geografia. Brasília:  
MEC/SEF, 1998.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. Raízes: Revista de Ciências  
Sociais e Econômicas, vol. 14, 2000.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <  
[http://www.brasil.gov.br/servicos/areasdeinteresse/index\\_servicosProc/categoriaservico.2004-07-30.2359145483/260](http://www.brasil.gov.br/servicos/areasdeinteresse/index_servicosProc/categoriaservico.2004-07-30.2359145483/260) >. Acesso em: 23/05/2009.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de  
Pesquisa. São Paulo: Autores Associados, n. 118, 2003.



ISSN 1981 - 3031

\_\_\_\_. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. São Paulo: Educação e Pesquisa. vol.31, n. 2, 2005.

\_\_\_\_. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 12º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LAYRARGUES, P. P. Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. In: I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba. Anais do I Encontro da ANPPAS, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia. 5. ed. São Paulo: Global, 1985.

TOZONI-REIS, M. F. C. Natureza, razão e história: contribuições para uma pedagogia da educação ambiental. 26ª Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas-MG, 2003.